



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3^a Sessão Legislativa
da 11^a Legislatura

ANO XLIII

RIO BRANCO - AC, 9 DE NOVEMBRO DE 2005

N.º 3477

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2º Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão

BPM - Elson Santiago

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo e Francisco Viga.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis.

PSB - Delorgem Campos.

PL - Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes.

PSDB - Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira.

PP - José Bestene e Roberto Filho.

PDT- Luiz Calixto.

PPS - Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima.

Sem Partido - Ronald Polanco

7ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 9 de novembro de 2005
 Presidência: Deputado HELDER PAIVA
 Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do BPM; ANTONIA SALES do PMDB; HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do PSDB; TARCÍSO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do PPS; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do PP; DINHA CARVALHO do PL; LUIZ CALIXTO do PDT.

AUSENTES: Deputados FERNANDO MELO, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do PT; CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES do PMDB; LUIZ GONZAGA do PSDB; DELORGEM CAMPOS do PSB; RONALD POLANCO Sem Partido.

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício n. 136/CE, do Chefe de Cartório, **Gustavo Lima Niemeyer**, da 9ª Zona Eleitoral no Estado do Acre, encaminhando a folha de ponto das servidoras Maria do Socorro Celestino Rodrigues, Neila Maria Rodrigues Américo e Edyney Ribeiro Wolter;

OF/DST e Aids n. 188/2005, do Responsável pela Área Técnica DST e Aids Senhor **Francisco José Dantas Alves**, solicitando a liberação do hall desta Casa para no período de 28 de novembro a 2 de dezembro, realizar uma Exposição Informativa em alusão ao Dia Mundial de Luta contra a Aids, com o tema: “Racismo e Aids o Brasil precisa derrotá-los”.

Pequeno Expediente

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Senhores Deputados, a Sessão será destinada a ouvirmos o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, a Associação dos Professores Licenciados – APL e os Diretores Estaduais e Municipais das escolas do nosso querido Estado.

Suspendemos a Sessão para entendimento entre as bancadas. (PAUSA)

Está reaberta a Presente sessão. 2/16

Comunicamos aos Senhores Deputados, que atendendo ao Requerimento n. 183/05, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, a sessão de hoje será destinada a ouvirmos os funcionários da Educação do nosso Estado.

Com a palavra a Deputada Naluh Gouveia.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras, e Senhores Deputados, Companheiros e companheiras, agora vocês verão onde eu trabalho. Trabalhei muito tempo com vocês nas escolas e agora muitos de vocês, delegaram-me para esta Casa.

Eu queria, primeiramente, saudar a Alcilene Presidenta do nosso Sindicato dos Trabalhadores da Educação; a Almerinda nossa vice; Saidinha Presidenta do núcleo de Brasileia; o Altemir presidente do núcleo de Sena Madureira, o Mário da nossa querida cidade de Porto Acre e toda diretoria do Sintec. Estou vendo aqui vários representantes de escolas, a Presidenta do núcleo de Campinas, sejam bem-vindos. Saúdo também os companheiros do Sinspol, que são solidários na nossa luta, as companheiras e companheiros da APL, companheiros do Sindsad, muito obrigada a todos.

Senhor Presidente, eu ainda sou filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação, voto, pago mensalmente e aqui os represento junto com vários Deputados. E essa luta resume-se em duas palavras: ingratidão e injustiça. Nós sabemos que muitas coisas foram feitas para a Educação, nós inclusive reconhecemos uma grande melhoria no Governo Jorge Viana, tanto salarial como nas escolas. Nós não somos ingratos não. Nós reconhecemos o que foi feito na Educação e foi muito. As escolas estão em ótimas condições, hoje não fazemos mais cota para ter material, como fazíamos. As escolas infantis são lindas, melhores que as particulares. E nós sabemos que o nosso piso salarial está entre os melhores do Brasil, mas existe um problema que precisamos resolver. Nós da Educação não ganhamos igual aos outros servidores do Estado, e aí é que está a injustiça, e aí é que está a ingratidão. Por que injustiça? Porque não é justo, Antonia Sales, que nós da Educação não possamos ganhar igual aos outros servidores do Estado. Nós não somos nem melhores e nem piores, somos iguais, portanto exigimos respeito. Senhores Deputados, passamos dois anos para ganhar o inicial dos outros servidores.

Esta faltando que o Governo do Estado reconheça que a Educação não é pior do que outro setor, pelo contrário, somos nós da Educação que fazemos com que cada um, hoje, esteja no lugar que esteja, porque o início da formação do cidadão depende de nós. Somos nós, nas nossas salas de aula, que conduzimos o Governador estar onde estar, os Deputados, os Secretários etc.

Ali tem uma menina, vou dizer menina para ninguém descobrir a nossa idade, a Isa, trabalhou comigo durante muitos anos, lá no Lourival Sombra. Enquanto eu dava aula para o prézinho, a Isa me ajudava limpando, ajeitando a sala, e eu dizia: Isa, você precisa continuar seus estudos. Quantas vezes, meu Deus, eu disse isso para Isa. E a Isa, cansada, de trabalhar de manhã e de tarde, disse-me: Naluh, eu vou estudar novamente. E hoje ela é professora, mas sabe por quê? Porque a Isa estudou, foi a escola que fez com que ela tivesse galgado outros postos. Então, como é que um governo trata a Educação diferente das outras classes? Não tem motivo, não tem argumento, não pode ser o argumento econômico, porque para se fazer Justiça não pode prevalecer o econômico.

A outra palavra que eu queria ressaltar aqui é da ingratidão. A Educação foi a Secretaria que mais ajudou a esse Governo chegar onde está e tanto eu, como os Deputados Edvaldo e Moisés que somos trabalhadores em Educação, sabemos disso. Então, não se pode ter dois pesos e duas medidas com uma categoria que a vida toda só fez uma coisa: dar a mão, ajudar, fazer campanha, pegar porrada, pegar chincada.

Então, em nome dessa categoria, queríamos chamar a atenção dos Deputados para a nossa proposta. Nós iniciamos ganhando a mesma coisa, quando chega na metade da carreira, os outros servidores passam a ganhar mais do que a nossa categoria. Então, o que nós queremos aqui, nesta Sessão Solene, onde está toda a representação dos municípios, das escolas, das nossas direções sindicais, tanto da APL, como do CODEF, que é o colegiado de diretores, como do nosso Sindicato dos Trabalhadores de Educação, sensibilizar a representação do povo acreano, para que nos represente também.

Essa luta não pode ser só da Naluh, do Edvaldo, do Moisés, do Helder. Essa luta tem que ser da Assembléia Legislativa. Na época da eleição todos os representantes do povo vão às escolas, aos núcleos, ao sindicato, então nada mais justo que a classe política nos ajude. Eu só fico triste quando muitas vezes o pessoal do Governo diz que não reconhecemos o que o Governo fez. Isso não é verdade. Tanto que essa nossa briga para ganhar a isonomia está sendo nesse Governo, porque reconhecemos os avanços que a Educação teve.

Ontem, o líder do Governo anunciou pagamento do 13º salário junto com o salário de dezembro. São cento e cinqüenta e seis milhões. Impressionante! É um Governo que respeita os servidores, mas é um Governo que tem esse desvio com a Educação. Não que as outras Secretarias não sejam importantes, mas a Educação, para um governo de esquerda, é a mais importante, porque propicia ao povo saber de seus direitos. É na Educação que fazemos uma transformação para uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Então, duas coisas queríamos passar na mensagem aos Deputados: a ingratidão que a Educação sente por não ser respeitada como as outras Secretaria e a injustiça. Nós nos sentimos injustiçados na nossa alma, porque tanto que fizemos por esse Governo!

Então, queríamos pedir apoio aos Deputados e dizer também à Almerinda, à Alcilene, à Luziele, à Saidinha, ao Altemir Companheiro de Capixaba, que a Assembléia Legislativa, hoje, abriu as portas para quem ela representa, que é o povo. Não tem um Requerimento nosso que

não seja aprovado, para que recebamos os movimentos sociais. Aqui, hoje, está a representação do movimento social mais representativo do Estado, que são os trabalhadores em Educação.

Então, eu queria pedir, em nome do Deputado Helder Paiva, que está presidindo a sessão, já que V. Ex^a é uma pessoa sensível com as lutas da Educação, o apoio de todos e dizer que só queremos ganhar igual aos outros servidores. Nós não queremos nem mais nem menos, nós só queremos ser respeitados como os outros servidores.

Outra coisa, não é justo que o Governo diga que queremos isonomia para alguns privilegiados. É mentira! Quando você fala em isonomia salarial, você está falando da servente, da merendeira, do vigia, da diretoria de escola e, dos professores. Queremos sensibilizar o Governo, pois sabemos dos avanços na Educação, mas essa questão da isonomia está tipo espinha de peixe e nós que somos amazônicas sabemos o que significa essa expressão. E queremos, ainda neste Governo que esta espinha seja tirada.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Professora Alcilene Gurgel, Presidenta do Sintec.

Professora ALCILENE GURGEL (Presidenta do Sintec) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, pessoas presentes, em nome da Diretoria do Sintec quero agradecer o apoio de vários Sindicatos que estão aqui representados, os Presidentes dos núcleos do Sintec, a Presidente da APL, que está conosco nessa luta desde o início, enfim, todos os trabalhadores e trabalhadoras que aqui estão engajados nessa luta da Educação.

Desde, aproximadamente, março de 2003 que a APL, juntamente com o Sintec, têm essa preocupação. Há algum tempo as diretorias, inclusive as passadas, se debruçam sobre os PCCR de todas as Secretarias para fazerem um comparativo. Através dos estudos feitos, detectamos muitas falhas não sei se pelo fato do PCCR da Educação ter sido o primeiro plano a ser concretizado. Acontece que essas falhas do PCCR da Educação, hoje, são consideradas a causa dos grandes prejuízos que sofrem os trabalhadores em Educação. Nesse comparativo nós detectamos que a injustiça não passa apenas pela questão da estrutura da tabela salarial, mas por vários pontos e como eu tenho apenas dez minutos vou citar apenas três para que os Senhores Deputados aqui presentes, compreendam realmente o motivo da luta da Educação, do Sindicato e da APL para que essa questão da isonomia salarial seja resolvida.

No PCCR das outras Secretarias, todos os trabalhadores do Estado, exceto os da Educação, têm sua progressão que nós chamamos de progressão horizontal. A cada dezoito meses, os servidores têm uma mudança de letra e um aumento de 5% em seus salários. A Educação tem essa progressão apenas de três em três anos. Sendo assim, percebe-se claramente uma certa disparidade. Aí vocês poderiam questionar o fato de em dezoito meses os trabalhadores das outras Secretarias receberem 5% e os da Educação a cada três anos recebem 10%; se o que aumenta no salário dos outros trabalhadores é justo ou não. Nós aqui não estamos colocando em questionamento o quanto os outros ganham nem querendo que os seus salários sejam reduzidos, absolutamente, nós só queremos ter igualdade com as outras Secretarias. Achamos que são justas as gratificações que eles têm, mas queremos ser priorizados também. A Educação tem 10% de aumento, mas não é cumulativo como acontece nas outras Secretarias. Ele é calculado apenas em cima do piso salarial que hoje está em R\$1.400,00. Portanto, cada letra sofre um reajuste de R\$140,00. Nas outras Secretarias, os 5% representam no final da tabela 10% ou até mais, porque é cumulativo e da Educação não, o que é uma injustiça.

Na época do plano da Educação, em 1999 quando foi feito o nosso PCCR, nós tivemos um famigerado reenquadramento e o resultado é que hoje nós temos professores com vinte e um anos de trabalho na letra "C", isso é um absurdo! A Lei 067 nos garante uma mudança de letra a cada três anos. Portanto, quem tem 21 anos de serviço, não poderia estar na letra C, mas na época, foi feito um reenquadramento de 7 em 7 anos, que era uma tabela grande da Educação e que foi reduzida para seis letras. Esse reenquadramento prejudicou muito a categoria e nessa linha, nós poderíamos citar várias coisas que vêm prejudicando os trabalhadores da Educação, mas queremos mesmo é enfatizar essa questão da isonomia, essa injustiça que o Governo vem praticando com a Educação.

Nós não podemos aqui, deixar de considerar os avanços havidos na Secretaria de Educação neste Governo. Nós sabemos que o

Governo tem investido muito na formação dos trabalhadores em Educação e que em termo de estrutura, hoje nós temos escolas que realmente contemplam os trabalhadores e temos um bom piso salarial como já foi colocado aqui pela Deputada Naluh, mas nós não podemos aceitar que o Governo pague salários diferenciados para pessoas que têm níveis de escolaridade semelhantes. Só para vocês terem uma idéia uma merendeira que é apoio 1 da Educação, após trinta e cinco anos de trabalho, se aposenta com R\$ 550,00. A mesma merendeira trabalhando na Secretaria da Fazenda, Polícia ou Emater, ou em qualquer outra Secretaria, por exemplo, chega ao final da carreira com um salário de R\$ 796,00. A merendeira da Secretaria de Educação, trabalha em um ambiente insalubre e não trabalha apenas fazendo chazinho nem cafezinho. As merendeiras das escolas trabalham fazendo comida, lanche e ainda servindo os alunos e cumprem todo um regulamento, porque se algum alimento fizer mal a uma criança e ela adoecer, essas trabalhadoras sofrem consequências enormes.

Os trabalhadores de nível médio da Educação no final de suas carreiras se aposentam com R\$ 880,00. O mesmo nível médio que exerce função semelhante em outro local se aposenta com R\$ 1.061,00. Então, nada justifica essa diferença. Tudo bem que no bojo geral, se levarmos em consideração o número de servidores públicos é um valor considerável, mas nós, em momento algum, exigimos do Governo valores fixos que devem ser pagos de uma forma ou de outra. Nós sempre colocamos para o Governo que estamos abertos para uma negociação.

No caso do nível superior a diferença é maior. A Enfermeira, o Advogado, o Engenheiro, o Médico, todos que têm nível superior, chegam no final de suas carreiras com R\$ 3.183,00, mas o professor que também passou quatro, cinco anos numa faculdade e faz a sua especialização, no final de sua carreira recebe apenas R\$ 2.240,00. Isso é injusto e nós trabalhadores da Educação vamos continuar brigando com esse Governo ou com quem assumir esse Estado, porque não iremos aceitar essa situação. Esse é um compromisso nosso enquanto trabalhadores em Educação, corrigirmos essa diferença. E por isso que nós estamos aqui, porque já estamos há três anos trabalhando para conseguirmos acabar com essa injustiça. Mesmo o Governo negando nós não vamos parar, nós fizemos passeatas, carta aberta à população, panfletagem, trabalhamos nos bairros com a sociedade e estamos aqui, hoje, com os Senhores e Senhoras Deputadas.

Faremos também um júri simulado nas escolas, envolvendo alunos, professores, diretores e a comunidade escolar, para que eles julguem se essa atitude do Governo é correta com a Educação e vamos além, não desistiremos enquanto o Governo não acenar com essa possibilidade de nos dar o que merecemos. Não adianta Governo nenhum em suas campanhas políticas, dizer que a Educação é prioridade e na prática não sentirmos isso. Estamos nos sentindo discriminados, mesmo com todos os avanços que este Governo nos propiciou. Mas é preciso corrigir essa injustiça.

Desta forma, todos os trabalhadores aqui presentes apelam pelo apoio dos Senhores e Senhoras Deputadas, para encampar essa luta e nos fortalecer. Ajudem-nos a sensibilizar o Governo do Estado do Acre para que ele compreenda a nossa proposta. Nós já fizemos várias propostas, mas só temos recebido não como resposta, o que não vamos aceitar.

Quero agradecer a oportunidade que nos está sendo dada aqui, e mais uma vez pedir que os Deputados quando saírem desta sala não esqueçam o nosso apelo. Espero que hoje, consigamos, através dos Senhores, marcar uma reunião com o Governador, com a presença de V. Exas. que nos darão essa sustentação. Muito obrigada.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Professora Luziele, Presidenta da APL.

Professora LUZIELE (Presidenta da APL) – Bom dia a todos, apesar de ter sido informado que eu tenho dez minutos para falar, eu nem utilizarei todo esse tempo.

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, colegas de Sindicato, colegas da Educação, diretores de escolas, representantes de outros sindicatos aqui presentes, a nossa colega Alcilene colocou muito bem uma questão. Nós entendemos, que já tivemos muito avanços nesse Governo, é verdade. A APL também reconhece isso. Agora, tem algo que não temos como deixar de lutar, que é exatamente a questão da isonomia salarial. Nós vivemos num país, onde falamos tanto em justiça e em igualdade.

Então nós servidores da Educação não podemos aceitar essa disparidade, essa desigualdade. Em poucas palavras, eu gostaria de colocar que a APL jamais vai aceitar isso, como também o Sinteac. Conforme a companheira Alcilene muito bem colocou aqui, nós não vamos aceitar um “não”. E acreditamos que, nesta Casa, os Senhores e as Senhoras Deputadas estarão conosco nessa caminhada. Por isso nós estamos aqui, fazendo um apelo para que V. Exas. compreendam que esse também é um direito nosso. Então, se Deus quiser, com o apoio de todos os Senhores, eu acredito que nós iremos conquistar essa isonomia que é o nosso grande sonho.

Mais uma vez, eu gostaria de frisar que nós não mediremos esforços no sentido de conscientizar, cada vez mais, os nossos colegas de que nós merecemos essa isonomia e jamais vamos desistir dessa luta. Portanto, não aceitamos sob hipótese alguma um “não” como resposta. E eu quero sair daqui, acreditando que os Senhores Deputados entenderam que a nossa luta é justa, e por isso estarão conosco nessa caminhada, para que possamos nos fortalecer cada vez mais.

Eu gostaria de dizer que reiteramos a colocação da Professora Alcilene ao dizer que esperamos sairmos hoje daqui com algum encaminhamento, para que possamos nos dirigir ao Senhor Governador, porque como bem disse a Deputada Naluh, que há muito tempo vem nos ajudando e que está sempre empenhada nas questões da Educação: “nós temos condições de conseguir isso neste Governo”.

Muito obrigada!

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Professora Saidinha, Presidenta do Núcleo de Brasiléia.

Professora SAIDINHA (Presidenta do Núcleo de Brasiléia)

– Senhor Presidente, Senhores Deputados, trabalhadores em educação, companheiros de luta, é com muita satisfação que estou hoje aqui e quero dizer da revolta dos trabalhadores em educação do Município de Brasiléia. Nós já estamos na luta pela isonomia salarial, que é muito séria e também pedindo a realização, urgente, de concurso público para o pessoal de apoio.

Eu quero agradecer pela oportunidade de estar aqui e parabenizar a todos os integrantes desta Casa. Muito obrigada, desejo a vocês boa sorte e que os Senhores Deputados estejam conosco nesta luta, porque a categoria unida e com o apoio de todos os Senhores jamais será vencida. Até porque, nas campanhas eleitorais nós estaremos divulgando os vossos nomes. Às vezes, na zona rural ou mesmo urbana, nós só ouvimos um nome uma vez, mas a partir do momento que conhecemos a proposta do candidato, passamos a acreditar e teremos o maior prazer de divulgá-los e colocá-los aqui.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Professor Altemir, de Sena Madureira.

Professor ALTEMIR (Sena Madureira) – Senhor Presidente,

Senhores Deputados, colegas trabalhadores em educação, professora Alcilene, representante do SINTEAC, representantes de outras categorias, demais presentes, hoje o momento é especial, eu diria que é um momento impar em nossas vidas, porque nós estamos tendo a oportunidade de, mais uma vez, discutirmos a respeito da nossa categoria.

Em Sena Madureira também não é diferente, assim como eu acredito que em todo o Estado, há algumas distorções no nosso plano salarial. Inclusive já foi colocado aqui que o mesmo já está defasado, portanto precisa ser revisto.

Essa questão de isonomia, se nós formos trabalhar com números, veremos que existe uma disparidade muito grande e que precisa ser revista imediatamente. Assim como a questão da pós-graduação, a pessoa que faz uma especialização recebe o percentual apenas de 7,5% de seus vencimentos. Sabemos que é um valor muito baixo que precisa ser melhorado, como bem disse a professora Saída. Tem também a questão do concurso público para pessoal de apoio, que há muito tempo não é realizado, por conta disso são muitas as dificuldades que as pessoas estão enfrentando nas escolas. Acredito que aqui em Rio Branco não é diferente de Sena Madureira. O último concurso foi realizado em 92, se não estou enganado. Então, tudo isso precisa ser revisto.

Tem também a questão do pessoal que fez o curso de formação no nosso interior do Estado. Essas pessoas já estão a quatro anos esperando para cursar o nível Superior que já poderiam ter concluído. Essas pessoas estão encontrando dificuldade para trabalhar na zona

rural do nosso Estado, portanto essa questão precisa ser vista com carinho a fim de que essas pessoas tenham oportunidade de fazer o nível Superior. Então, eu gostaria de dizer que nós de Sena Madureira estamos prontos para lutar pela nossa categoria, no sentido de que a mesma seja valorizada e respeitada.

Também gostaria de dizer que nós não podemos deixar de reconhecer os avanços que foram conquistados pela categoria durante este Governo que aí está.

Esperamos que essa questão da nossa isonomia seja revista imediatamente e que os trabalhadores em Educação tenham os nossos direitos, salários e respeito que tem os demais servidores do Estado. Eu sempre tenho dito que o diálogo, a negociação é o caminho para conseguirmos as nossas vitórias. Eu acredito que com o apoio dos Deputados e de todos os trabalhadores em educação, se Deus quiser, temos como obter essa conquista, ou seja, fazer com que o nosso trabalhador em educação, possa ter essa isonomia imediatamente. Se não for neste ano, que seja no início do outro, mas que o nosso trabalhador em educação possa ficar satisfeito, dando sua aula, ensinando nossa juventude e nossas crianças. Quando se investe em educação quem ganha não é apenas o trabalhador em educação, mas toda a sociedade.

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade e dizer aos nossos colegas trabalhadores em Educação que estejamos sempre prontos para lutar. Nós sabemos que sempre conquistamos as coisas com muita luta, com muito sacrifício e eu tenho certeza que não será diferente desta vez. Vai depender da sensibilidade do Governo, do apoio dos nossos Deputados e de toda a nossa categoria. Mas pelo que temos acompanhado o processo aqui na Assembléia, acredito que vamos ter o apoio dos nossos Deputados e, se Deus quiser, vamos sair vitoriosos.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Professora Marileide Martins, Presidenta do Núcleo do Bujari.

Professora MARILEIDE MARTINS (Presidenta do Núcleo

do Bujari) – Bom dia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, os educadores do Bujari também estão nessa luta, correndo atrás da nossa isonomia salarial. Eu sou uma professora que há vinte anos trabalho na Educação, e há muito tempo estamos lutando para que não haja disparidade salarial entre as demais Secretaria do Estado e a Secretaria de Educação. Portanto, nós não poderíamos ficar fora desta luta.

Gostaria de enfatizar também o que o nosso companheiro de Sena Madureira falou a respeito do concurso público para os funcionários de apoio, porque sem eles as escolas não funcionam, então também precisam ser valorizados. Pedimos encarecidamente a sensibilidade de todos os Deputados no sentido de olharem com carinho essa luta que estamos travando pela nossa isonomia salarial, que é muito justa, pois trabalhamos em sala, de aula não com 20, 25 alunos conforme estabelece a Lei, mas com 40, 45 alunos e ainda somos obrigados a cumprir os 200 dias letivos. Então é muita responsabilidade sobre nós professores.

Nós não podemos aqui falar que ganhamos mal, mas é preciso acabar com tanta disparidade, porque nós também temos nível superior assim como os outros funcionários do Estado, e os funcionários de apoio têm o mesmo ensino médio que os funcionários de outras secretarias têm. Se existe esta disparidade, é mais do que justo pedirmos aqui, a sensibilidade dos Senhores Deputados, com relação à nossa luta.

O Bujari é um município novo, mas está se desenvolvendo bastante, principalmente no campo da Educação e nós sabemos que um Estado, um país, um município para se desenvolver, deve investir em Educação; caso contrário não seremos nada. Mas para isso precisamos de funcionários que estejam satisfeitos com o trabalho que estão desenvolvendo e também com os salários que recebem.

Muito obrigada pela oportunidade e gostaria de dizer que nós do Bujari sempre estaremos presentes em qualquer luta a favor da nossa categoria.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Professora Almerinda Cunha, Vice-Presidente do Sinteac.

Professora ALMERINDA CUNHA (Vice-Presidente do Sinteac) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero cumprimentar a Mesa Diretora, os Senhores Deputados e todas as entidades que estão aqui nos apoiando, a nossa combativa e aguerrida categoria que está aqui pronta para o que der e vier. Essa luta é nossa, Senhores, e nós não

vamos abrir mão. Podem acreditar, nós vamos até a vitória. Eu precisava dizer isso, porque nós não estamos aqui escondendo o jogo, estamos sendo transparentes. Nós sabemos a força que temos e que armas utilizar. Queremos a isonomia porque é um direito nosso.

Em março houve uma greve e o Governo prometeu que ia passar quem está na letra “F” para a “G”, acredititem Senhores, que nós estamos em novembro e o Governo não cumpriu o que prometeu. Sempre pede paciência. Que paciência? Por que o Governador só pede paciência para os Educadores? Por que só nós temos que ser compreensivos?

Eu abri os olhos na última negociação quando o Carioca disse que não poderia dar aumento à categoria devido a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pensei, ele tem razão. Logo depois foi concedido aumento de 43% para os Secretários e o Governo do Estado. Só que agora não vão mais me enganar. Essa foi à última vez que eu fui enganada, por que a partir daí, meu irmão, estão dizendo que não tem dinheiro e eu estou duvidando o tempo todo. Quero esclarecer para todos os Deputados que a isonomia não é questão de dinheiro. Se dissessem que o Governo não pode pagar e comprovassem, eu aceitaria, porque ninguém vai colocar a faca no pESCOÇO de um Governo para ele dar o que não tem; mas acreditem, Senhores Deputados, não é falta de dinheiro, é que o Governador fez um plano e acha que ele é a sétima maravilha do mundo. Só que a categoria não concorda com isso.

Eu gostaria que o Governo tivesse a humildade de aceitar o desejo da categoria. Se ela está dizendo que esse plano não é bom e que quer outro plano, tinha que ser ouvida pelo Governo. Mas como fizeram um plano e acham que é a 7ª maravilha do mundo, não querem recuar, a questão é de vaidade e não de dinheiro. Por que é que eu estou dizendo isso para os Senhores? Porque eu o coloquei lá. Então eu posso dizer: Senhor Governador, se nós convocarmos uma assessoria técnica e comprovarmos que com a verba fixa da Educação, sem pedir emprestado a ninguém, dá para pagar essa isonomia ele dirá: não vamos pagar e acabou-se. Então, Senhores Deputados, nós estamos aqui pedindo o apoio de V. Exas, peço que os Senhores se unam a categoria, chega de enrolação! Eu não agüento mais. Eu quero ver os companheiros Moisés, Edvaldo, Naluh que são os três Deputados que estão aqui dentro, participarem das passeatas conosco. Eu estou pedindo, exigindo isso. Sabe desde quando nós estamos lutando por essa isonomia? Desde março de 2003. Eu já estou no limite da minha resistência e paciência também, porque se fosse um Governo qualquer, que mandava rodarmos bolsinha nas esquinas da vida, tudo bem, mas esse Governo é nosso. Esse Governo é o Governo popular e democrático, que estávamos para construir lutando, desde o ano de 78. Eu não agüento mais ouvir NÃO. Precisamos ouvir um SIM.

Na Educação, não temos mais condições de agüentar essa discriminação. Aí eu pergunto, Senhores Deputados, ajudem-me vocês que entendem de lei: não é proibido discriminar as mulheres? Não é inconstitucional? Será que essa discriminação que o Governo faz com a Educação, não é por que somos na maioria mulheres? Até isso eu pensei, porque não existe justificativa, o Governo pagar mais para uma pessoa que limpa o chão em outra Secretaria, do que quem limpa as salas das escolas. Senhores Deputados, esses servidores tem que arrastar trezentas carteiras escolares por dia para que as salas sejam limpas. Porém, o Governo paga mais para quem limpa no ar condicionado, no carpete, do que para os nossos trabalhadores que têm que arrastar, carteiras, tem contato com fossas, às vezes, sem tampa e lidam com ratos dentro das escolas, porque por mais que a escola esteja limpa, entra a comunidade e suja.

Eu reconheço também junto com todos que falaram antes, os méritos do Governo, os avanços extraordinários que ele tem feito. Nós sentimos até dificuldade de falar alguma coisa contra o Governo nos municípios, porque parece um sonho, mas eu não vim hoje aqui para falar bem, deixa para lá.

O que eu quero dizer para vocês é que queremos a concretização da isonomia. Para não dar a idéia de que nós somos radicais, que queremos tudo ou nada, não é verdade. Todos os Senhores Deputados receberam uma pasta e dentro dela tem uma tabelinha. Vejam que mais longe nós já tivemos. É verdade que esse Governo vem tentando diminuir a disparidade. Mas sabem qual é a nossa preocupação? É que é ruim com ele, pior sem ele. Nós estamos com medo do Governador terminar o mandato e nos deixar na mão sem resolver essa situação. O Governo precisa resolver a nossa vida, antes de nos entregar nas mãos de outros, que muitas vezes sequer vão nos escutar. Ele já deu o piso, nós ganharíamos muito menos que os outros e ele já equiparou. Então, se ele equiparou o piso, está na hora de equipar o teto que pode ser em parcelas, até o final do mandato atual, ou até, se não tiver caixa, entrar no outro

Governo. Mas que ele reconheça que nós somos tão dignos quanto os outros e que ele oficialize uma proposta com relação à isonomia que esta Casa possa votar. Mas não dá mais para dizer não à categoria. Ninguém aceita não como resposta. Não de um Governo que nós ajudamos a construir.

Como disse a Naluh, esta Assembléia tem sido democrática e tem ouvido os movimentos sindicais, portanto quero agradecer aos Senhores Deputados. Isso é muito bom, espero que daqui saia um documento a favor da nossa isonomia. Eu gostaria de saber se alguém se recusa a assinar esse documento.

Estou propondo também uma audiência, com o Governador, onde estejam presentes os Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e Senadores, comprometidos com a Educação, aí todo mundo tira a máscara. Só assim veremos quem está do nosso lado e quem está contra nós, porque são três anos de luta. Só assim poderemos encontrar um final feliz para essa novela. Nós temos outras lutas para começar e não dá tempo, porque ainda estamos enganchados nessa. Então, a minha proposta é que saia um documento daqui, creio que todos que estão aqui vão se pronunciar se assinam ou não esse documento. E que esta Casa solicite uma audiência com o Governador para tratar desse assunto. Eu estou propondo, não sei se vai dar certo, que chamemos os Vereadores, os Deputados, os Deputados Federais, inclusive alguns estão pedindo que mandemos um ofício para eles virem a este Poder, porém nós achamos que não seria interessante eles virem hoje, porque queríamos primeiro ter esse momento com V. Exa. Depois vamos chamar os Deputados Federais para nos apoiarem também. Então, essa é a proposta, agora pensem bem, Senhores Deputados, nós precisamos demais de vocês, não se neguem em nos apoiar nesse momento tão importante de luta da Educação. Nós estamos dependendo de vocês, porque o Governo nos disse não. Nós queremos que V. Exas. sejam firmes intermediadores em favor da Educação, porque chega de ficar do lado do Governo.

Vou pedir encarecidamente a Deputada Naluh, que já está com a gente, aos Deputados Edvaldo, Moisés e todos os outros Deputados, pois nós precisamos dos 24, para mim não interessa de que partido.

Eu quero registrar que eu fiquei triste com o número de Deputado aqui: são seis do PT, só tem dois são três do PMN, não tem nenhum; são três do PMDB, só tem um; ele é do PMN? Ah, então é um; apenas do PDT, está completo; do PPS está completo; três do PSDB, tem dois; dois do PC do B, tem dois; do PL tem um. Quero dizer que nós ficamos um pouco tristes com a quantidade de Deputados, pois foi divulgado que seria hoje a nossa discussão, porque nós estamos nas mãos dos Senhores Deputados, esperando a ajuda de vocês. Venham para o nosso lado e nos ajudem.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores da Educação aqui presentes, não se pode negar que a Educação no Acre e no Brasil teve um crescimento significativo, no que diz respeito a qualidade, isso a partir do ano de 1998. Mas, com certeza isso não se deu por um milagre operado aqui e lá em Tarauacá, que é o município onde eu nasci. Isso se deu por uma reformulação que se iniciou como Fundef, em 1996 e foi colocado, efetivamente, em prática a partir de 1998. Portanto, o Governador Jorge Viana já no início do seu mandato, teve a extraordinária oportunidade de fazer aquilo que a Educação merece, por uma simples razão: ele teve um volume de recurso bastante significativo, maior do que outros Governos, que foram incompetentes, corruptos e hoje estão pagando um alto preço político por suas ações. O Governador Jorge Viana fez o que deveria ser feito. O que alguém faria com esse volume de recursos do Fundef. Não é obra de nenhum milagre.

Eu tenho acompanhado algumas das manifestações do Sintec em busca da isonomia salarial, mas em uma delas fui vaiado por um grupo de jovens que tem como formação política o Anarquismo. Não no sentido da bagunça, mas como forma de organização, que acham que as coisas não devem estar na lei e nem no Governo; onde ninguém deve ter chefe, cada um deve viver como se estivesse no paraíso. Isso é compreensível pois se assim não fosse, eles não seriam anarquistas.

A equipe do Governo do Estado disse que não vai fazer a isonomia salarial e que já foi feito tudo ou quase tudo pela Educação. Inclusive, que se gastou alguns milhões com salários e reformas. Eu li também, no jornal “A Gazeta”, na coluna plenário, que o Governo mandou

dizer aos professores que ao encerrar as manifestações e passeatas, a diretoria do Sindicato iria se aconselhar com o Carioca, para ver como iria desatar esse nó; como faria para diminuir a expectativa gerada aos funcionários da Educação.

Eu, queria muito ter lido essa reportagem aqui, mas, infelizmente, não deu. Então, se alguém quiser ir lá no meu gabinete, eu mostro. Porque o Governador também quer desmoralizar o Sindicato, dizendo que ele está apenas alimentando uma expectativa que ele mesmo não acredita e que isso é apenas plataforma de campanha política. Isso está no jornal.

E os nossos bravos lutadores da Educação, vêm à Assembléia Legislativa pedir que nós nos sensibilizemos com essa causa. E em nome de todos os Deputados posso dizer que a sensibilidade está à flor da pele. Para mim, não há pedido mais justo do que este. E os movimentos sociais devem buscar o nivelamento por cima e não por baixo. Por que em outras Secretarias os salários estão bem mais elevados? Inclusive, eu sou originário de uma Secretaria, concursado, que tem um diferencial de salário, mas a saída não é diminuir o de lá, a proposta é aumentar o de cá. E o Governo cometeu um equívoco ao tratar o salário base de algumas categorias de forma diferenciada. Na Secretaria da Fazenda, por exemplo, o salário base é igual na planilha do Estado. Com certeza nós queremos, fazer alguma coisa, basta que o Governador mande para cá um Projeto de Lei com as correções, que nós votaremos, da mesma forma que já votamos tantos outros aqui. Não houve qualquer polêmica aqui com relação a aumento de salário de nenhuma categoria. Houve com relação a diminuição. Mas, Deputado tem uma propensão natural a votar a favor de aumento salarial, até porque é justo, porque mexe com a sobrevivência do cidadão.

Quero dizer também, Senhores, que o Governador e a sua equipe não vão ceder aos nossos apelos, porque se fosse para contemplar a sua base, que é esmagadoramente a maioria aqui nesta Casa, ele já teria feito. Não sei sinceramente, se os Deputados da base governista teriam, e ai não posso falar por eles, a firmeza e autonomia de pressionar o Governador, para que ele mande essa matéria o mais urgente possível. Mas, isso quem tem que responder não sou eu e acredito que dinheiro não é exatamente o grande problema, a questão é de gestão, se dinheiro fosse problema, não tinha tanto dinheiro perdido no ralo da corrupção.

Mas, nós temos sim, professora Alcilene Gurgel, uma forma de pelo menos pressionar ou de forçar para que o Governo abra um canal de negociação, isto se a Assembléia Legislativa realmente estiver disposta a usar o seu poder de pressão. A Mesa Diretora e os Deputados, só votariam o Orçamento do Estado para o ano de 2006 e também só entrávamos em recesso, após estas negociações. Fora isso, eu não creio, sinceramente, que possamos fazer alguma coisa a mais, porque o Governo tem 18 Deputados aqui nesta Casa, ele aprova e desaprova qualquer Projeto sem precisar de nenhum voto ou de apoio da Oposição, inclusive, nós não podemos criticá-lo por isso, mas se nós quiséssemos pressioná-lo dizendo: Vamos pelo menos abrir os canais de negociações. Nós temos esse instrumento, aí sim, os Deputados demonstrariam que estariam sensibilizados com a causa de vocês, porque discursos bonitos todos têm.

As coisas precisam ser resolvidas para que os jornais amanhã ou depois não plantem notinhas dizendo que o sindicato está querendo, novamente, construir uma saída para a expectativa que ele tenha gerado junto aos seus associados. Portanto, meus queridos professores e profissionais da Educação, essa é a forma que nós temos de dizer ao Governador que é preciso fazer essa correção, se a Assembléia Legislativa está disposta a encampar essa luta, ela deverá fazê-lo com os instrumentos que tem.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Deputado Nogueira Lima.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em nome das Deputadas Naluh Gouveia e Dinha Carvalho, quero cumprimentar todas as mulheres presentes.

Mas companheiros da Educação, eu me considero um companheiro, pois minha esposa trabalha na Educação, eu não ia discursar hoje, ia apenas apoiar a Deputada Naluh Gouveia no que ela propusesse. Eu conheço a professora Almerinda de longas datas, lá da 6 de Agosto, portanto professora, pode trazer a proposta que eu e os demais Deputados de Oposição assinaremos. Só não assinarei se a proposta for deixar para o próximo Governo. Portanto, já quero deixar registrado nos Anais desta Casa a minha posição. Se alguma coisa ficar para o próximo Governo, eu não assinarei, porque eu acho que será irresponsabilidade nossa.

Analisando os documentos que os Senhores nos trouxeram professora, eu vi uma coisa interessante Deputados Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros que me chamou bastante atenção, pois mostra um pouquinho do sistema de ditadura do Governo Jorge Viana, que a professora Almerinda chamou de “nossa Governo”. Ela disse também que todos os Deputados devem “mostrar a cara”. Tomara que todos estejam com vocês e façam isso, porque se o Governo não conceder o que estão pedindo aqui, em 2006 vocês poderão estar do outro lado, do nosso lado, derrubando esse Governo ditador e autoritário. Estou dizendo isso porque os jornais, que são conduzidos pelo Governo, não publicaram nada de positivo sobre vocês. No jornal A Gazeta, o Secretário Adjunto de Educação Sérgio Roberto, está criticando o movimento. No Página 20, também. Eu vi pela televisão o Assessor Carioca criticando-os duramente, e no jornal A Tribuna há uma manchete mímina.

No entanto, o jornal O Rio Branco que é de Oposição e que sabe que o Sintec é um sindicato que apoiou e continua apoiando o Governo, fez uma matéria de destaque. Olhem só o tamanho das fotos. Durante toda a semana este jornal publicou as entrevistas da professora Almerinda com fotos suas. Aí nós perguntamos: por que os outros jornais não ouviram o outro lado? O lado da categoria? Porque a ordem do Governo é descharacterizar o movimento da educação, mas num passado bem próximo, sete anos atrás, era o contrário. Muitas vezes eu vi o Sérgio Roberto e o Carioca na frente dos movimentos, fazendo greve, gritando, pedindo apoio, para que o Governo que estava querendo se instalar aparecesse.

Algumas ações positivas foram concretizadas, mas para que vocês possam se dedicar realmente, com todo coração, com toda sensibilidade, com todo prazer de estar na sala de aula, de fazer a limpeza, de fazer o serviço burocrático de uma escola, precisam de um incentivo maior, que é um salário melhor, que é a isonomia que vocês estão pedindo. O Governo pode sim conceder, porque a bancada do Governo aprovou aqui onze milhões de reais para a mídia, para que dissessem o que estão dizendo: que a Educação é de primeiro mundo, que as estradas estão boas, etc.

Mas a estrada já está desbarrancando. Em breve será divulgado um documentário sobre o que está acontecendo nas estradas que o Governo está fazendo. Inclusive, a Deputada Naluh votou contra a licitação ganha pelo ex-Governador Orleir Cameli, de 60 milhões, para construção de um trecho, mas ele não botou um palmo de asfalto lá esse ano, porque não deu tempo. Mas uma parcela dessa verba já foi paga. Então, há verbas.

Primeiro foram onze milhões para a mídia e vocês viram que nós denunciamos. Depois apareceram os aditivos que foram feitos de 2003 até agora, 38 milhões. Portanto, existe dinheiro para implantar essa isonomia pretendida pela Educação.

Agora, Senhores, está sendo feita a licitação da Mídia e apenas três empresas estão participando. Deixaram duas fora, dizendo que estavam irregulares. Atentem para isso. Nós estaremos atentos para ver quanto do nosso orçamento vai para a mídia e quanto vai para a Educação Deputada Naluh, porque tem que ser compatível. Fiquem atentos à essa negociação que haverá com o Governo para que os recursos sejam garantidos agora.

A Oposição foi contra, mas a bancada do Governo aprovou a LDO que já menciona um absurdo de aumento para mídia. Se vier como veio no ano passado seremos contra novamente.

O Governo pode pagar essa isonomia tranquila, sem negociar para o outro ano, para o outro governo. Isso se não privilegiar a mídia. Então fiquem atentos. E pode trazer o documento Almerinda, que eu assino retirando essa proposta colocada aqui, de passar para um outro governo. E podem esperar: em 2006 nós seremos Situação.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Deputado Edvaldo Magalhães.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a bancada feminina hoje está em peso e a Professora Almerinda esqueceu de fazer esse registro. Companheiros dirigentes do Sintec, da APL, do colegiado de direitos, companheiros e companheiras dirigentes dos núcleos do Sintec, Senhora e Senhores que estão no Salão do Povo, companheiros da Imprensa, o Deputado Nogueira Lima acabou fazendo uma revelação ainda há pouco, que me levam a crer que ele vai passar para a base de sustentação do Governo; ele afirmou que no ano que vem vai ser Situação.

Minha convicção é outra, nesta tribuna, o direito de expressão é amplo. Eu queria começar, inclusive, deixando claro para a professora Almerinda, eu sei que a Senhora não fez por maldade, que como Líder do Governo vou garantir a audiência com o Governador. A professora Naluh que é uma grande lutadora desta Casa não teria condição de fazer essa afirmação, porque ela não é Líder do Governo. Então, a minha contribuição para essa causa é a mediação, como Líder do Governo. Aliás, nestes sete anos eu atuei, intensamente, nos bastidores em todos os momentos de conflitos e de discussão nas causas da Educação; fiquei do outro lado da mesa, pois não podia atuar lá nas assembleias, na frente das greves, não. Eu sou o líder do Governo. No dia que eu deixar de ser o Líder do Governo aí eu vou passar para o outro lado. Cada um cumprindo o seu papel e procurando ajudar nessa questão.

Então, eu queria aqui externar algumas opiniões sobre o tema e antes de entrar na questão do teto salarial, farei aqui algumas referências, porque é o meu papel como representante do Governo.

A Almerinda quase se traiu quando disse: "hoje, eu vim aqui para falar mal". Mas eu sou o ponto de equilíbrio no debate. Eu tenho orgulho, Almerinda de ser Líder de um Governo que diz sim para a Educação.

Quando nós assumimos esse Governo, quase metade dos municípios acreanos não tinham 2º grau. Os Municípios de Rodrigues Alves, Thaumaturgo, Porto Valter, Jordão, Assis Brasil, Santa Rosa, Acrelândia e tantos outros não eram contemplados com o 2º grau. Mas, hoje, temos cem por cento do Ensino Médio em todos os Municípios do Estado. Aliás, tem Ensino Médio nos municípios mais isolados. Em Thaumaturgo tem um lugar chamado Foz do Breu, a Deputada Antonia Sales conhece muito bem e lá já tem esse grau.

Deputado Luiz Calixto, quero fazer uma correção numa informação que V. Exa. deu aqui, que não é correta. E não foi por maldade não, o Fundep não aumentou um único real nos recursos do Estado e quem conhece a Educação aqui sabe, o Fundeb é uma lei que veio para aumentar os recursos da Educação Municipal. Então, o Estado perdeu receita quando essa lei foi implantada no final de 98. Perdemos, nos primeiros anos, oito milhões. Hoje, o Estado perde para as prefeituras 40 milhões por ano. Então, nós fizemos essa revolução na Educação com menos dinheiro do que os Governos anteriores.

Todavia, ontem, eu tive o prazer, durante sete anos consecutivos, de anunciar o calendário de pagamento, o qual prevê até o dia 23 de dezembro, o pagamento dos salários e o décimo terceiro dos servidores estaduais. Alguém deve dizer: é obrigação. É verdade, mas neste Estado não se cumpria com a obrigação.

Queria fazer uma referência a uma outra questão. Houve uma revolução na alma dos trabalhadores em Educação, a partir do curso de formação de professores. A minha mãe é professora e está ansiosa para ganhar conforme seu grau e se aposentar nos próximos dois anos.

Minha mãe vai terminar o curso de Pedagogia, porém se transformou em outra mulher depois que entrou para a Universidade. Almerinda, você conhece minha mãe, já dormiu na nossa casa.

Nenhum estado do Brasil ministrou um curso com tanta intensidade como o Acre, e uma professora de Brasiléia e outra de Sena fizeram uma referência aqui ao pró-formação, que vai começar, agora, no período de férias e aqueles que já têm esse curso vão poder fazer sua faculdade. Vai ter faculdade em vários municípios para garantir a formação de todos os professores que atuam na área urbana e ainda vão sobrar vagas para as comunidades. Isso é um Governo que diz sim. Isso é luta! Aliás, o curso de formação não é dádiva do Governo, não. É uma luta dos trabalhadores em Educação, da história do nosso Sintec e da APL.

A conquista do piso de mil e duzentos, por exemplo, foi um sim do Governo à luta acirrada do trabalhador em Educação. A APL nesse aspecto batalhou muito, mas que o Sintec, eu sei disso. Mas é o Governo que disse sim. O Governo que disse sim para Educação quando fez o maior investimento em infra-estrutura nas escolas, e quem passa a maior parte do dia em uma escola sabe das mudanças significativas que as nossas unidades escolares tiveram. Nunca se investiu tanto em infra-estrutura.

O nosso Governo não é ditador. Eu não aceito isso. Nós consolidamos o processo de gestão democrática nas unidades de ensino; nós aprovamos um Projeto de gestão mais amplo e o que foi decidido nas plenárias é o que foi aprovado nesta Casa.

O que é a gestão democrática? Nada mais do que a consolidação de um processo democrático no interior das unidades escolares. É o dinheiro direto nas escolas, antes diretores viviam mendigando, fazendo arraial para comprar uma resma de papel, isso não se faz mais nas escolas públicas do Estado do Acre. O piso é o suficiente?

Não, temos que crescer, mas o teto é uma luta justa e vocês podem contar comigo. Porém, eu não vou vir aqui nesta tribuna e mentir para os meus companheiros trabalhadores da Educação, dizer: olha, se o Governo quisesse dava amanhã esse aumento, não é verdade. Quem sabe fazer conta, tem conhecimento das implicações financeiras que isto vai trazer no orçamento do Estado. Qual é o caminho para alcançar o teto? É o caminho da progressividade, qualquer dirigente sindical, experiente, sabe que o caminho é esse, não foi assim que nós conquistamos o nosso piso? É irresponsabilidade dizer que se o Governador quisesse resolveria o problema de imediato.

Eu me somo a essa luta desde que ela tenha esse caráter da progressividade, porque nessa eu acredito, nessa eu quero ajudar. Nesse debate, vou cumprir o meu papel, defendendo as questões que eu acho mais justas e os acertos desse Governo e vou ajudar o movimento a construir caminhos, para que possamos, no processo de negociação, que nunca esteve fechado atingir o nosso objetivo. Na última reunião que houve, tive essa informação dada pelo Governador, e ela não é mentira. Ele pediu ao Sérgio Roberto e ao vice-Governador, Arnóbio Marques, que fizessem um estudo. O debate está em curso e me coloco à disposição dos companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras em Educação.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Deputado Moisés Diniz.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu estava ouvindo os discursos dos dois companheiros da Oposição e do Líder do Governo, e acho que aqui é o lugar certo para esse debate. Hoje, eu sou da base do Governo e a Oposição, hoje, é uma das menores da história do Acre.

Mesmo sendo da base de apoio ao Governo, eu reconheço publicamente que esta tem sido uma oposição combativa, que cumpre o seu papel. Em outros lugares nós não vemos isso. Aqui nós encontramos dois lados. Eu acho que essa é a essência da Democracia e aqui é o local adequado para discutirmos esse assunto. Eu estava observando aqui, que quem abriu esse debate aqui foram a Deputada Naluh e o Deputado Edvaldo Magalhães.

Talvez, no futuro, em todo lugar, a categoria da Educação terá uma professora que estará nas ruas, movimentando, brigando, mobilizando os trabalhadores, levantando a bandeira, e outro professor que estará abrindo portas, no Governo, mas hoje, isso só ocorre no Acre. Eu estou nesta casa há apenas três anos, e nesse tempo eu tenho observado isso, o papel da Deputada Naluh nas ruas e o do Deputado Edvaldo lá no Governo, abrindo portas.

Talvez num segundo momento, num outro Governo ou numa outra Legislatura nós não tínhamos mais uma situação especial como essa. Portanto temos que aproveitar agora, não é Deputado Luiz Calixto? Quanto ao meu papel como professor, também é ajudar, porque eu sou professor vindo do interior. Para os Senhores terem uma idéia, eu tive 20% dos votos do Município de Tarauacá. Se esse percentual fosse em Rio Branco, seriam 35 mil votos, mas aqui eu tive apenas 200. No entanto, eu ajudo no que é possível.

Eu estava conversando com a Alcilene e pedi que ela me ligue para eu participar das reuniões e das manifestações. Nas duas últimas que houve eu não fui, uma porque eu estava em Tarauacá e a outra, o carro de som ia passando e alguém pegou o microfone e me chamou, "Vamos lá Deputado". Como eu sou professor, queria ser convidado para as reuniões, para discutir as ações e participar.

Eu fiquei extremamente incomodado com o que aconteceu com V. Exa. Deputado Luiz Calixto. Os professores estavam ali, numa luta justa por isonomia, e em grupo de garotos, se achando os donos da verdade história e da ideologia, vaiando um Deputado que estava apoiando os professores.

Com certeza, se participarmos mais, poderemos discutir melhor quem vai ser nossos aliados na luta. Por isso eu pedi a Professora Alcilene me ligar. Eu quero participar, ser convidado.

Eu queria apenas nobres professores, me colocar à disposição dessa luta, porque os melhores momentos da minha vida foram durante os meus dois mandatos de presidente da Aspac, em Tarauacá, e dois mandatos de presidente do Sintec, ou seja, oito anos de mandato como presidente, porque naquele tempo a lei permitia a reeleição. Quando eu estava encerrando o meu segundo mandato, nós transformamos a Aspac em Sintec, e a categoria lá quis que eu continuasse presidente. Foram

bons momentos, que muito contribuíram para a formação da minha consciência política.

E eu sei que essa luta não começou ontem. Começou há milhares de anos, quando quem fazia educação era a mãe e o pai. Depois surgiu a escola, e só a Educação, companheiros, transforma o sujeito em cidadão.

Mesmo nos Países capitalistas como os Estados Unidos, França, Inglaterra e Japão que investiram em Educação, a economia cresceu e a violência, a prostituição e a marginalidade diminuíram. Sem contar os países socialistas que continuaram resistindo e deu certo, porque muitos perderam tudo no Leste Europeu, na União Soviética. Mas onde se implanta um socialismo humanista, que respeita as diferenças políticas e religiosas, a prioridade é a Educação.

Cuba, cerceada, interditada, fechada como um curral de boi há 40 anos pelo vizinho poderoso que manda no mundo tem a melhor educação do mundo. Com onze milhões de habitantes, 92% da população tem ensino médio e 80% da população com idade escolar tem nível superior, enquanto no Brasil esse índice não chega a 15%. Na região Norte, apenas 2% dos professores têm mestrado e a maioria deles está em Belém e Manaus. Como queremos um País desenvolvido, com a região Norte abandonada, se o cidadão passa dois, as vezes três anos fora do Estado, longe da família para fazer mestrado, para depois receber 10% de aumento, não no conjunto, mas no salário base? Um país não se desenvolve se seus professores não fizerem mestrado e doutorado. A nossa discussão sobre desenvolvimento sustentável deve ser no sentido de que o nosso único caminho é o conhecimento e a especialização. Como podemos ter desenvolvimento sustentável, se o número de mestres do Estado talvez seja inferior ao número da soma dos dedos das mãos dos que estão neste recinto?

Então, nós precisamos estabelecer uma luta em defesa do mestrado, buscar uma política no Governo do Estado para essa causa.

Nós aprovamos um projeto de resolução de nossa autoria, com o apoio da Mesa Diretora e dos Deputados da Situação e da Oposição, garantindo a liberação dos funcionários e uma passagem de ida e volta por ano para que eles possam fazer Mestrado, assegurando um aumento de 25% no salário base como adicional de titularidade, porque hoje, na Assembléia Legislativa, nós não temos nenhum mestre. Eu sempre tenho dito que o Deputado até pode ser semianalfabeto. É um direito do povo elegê-lo, pois muitos semianalfabetos são mais honestos e mais eficientes do que alguns doutores. Isso deve ser garantido na Democracia, mas uma casa que faz leis deve ser uma casa de excelência, por isso é importante investir em mestrado para os servidores da Assembléia.

Nós brigamos com a universidade. Eu fui vítima de má visão elitista e conservadora da Universidade Federal do Acre, juntamente com os demais Deputados, visitando todos os municípios, fazendo grandes plenárias para termos a universidade no interior. Ai foram criados alguns cursos, dentre eles de manejo florestal, ecologia e manejo de recursos naturais que é a nossa área, como Governo da Floresta e 15 vagas foram abertas, mas uma legislação dura e dranaconiana fez com que hoje, apenas seis acreanos estivessem fazendo curso de mestrado, enquanto poderia ter trinta e algum de nós poderíamos estar lá.

Então companheiros, essa é uma luta de todos nós.

Quanto a esse debate da isonomia, a minha vida foi de dedicação à luta dos trabalhadores em Educação, foi de lá que eu saí. Porém, agora há um probleminha quanto a essa questão: só o Papa, a Rainha da Inglaterra, o Rei Abdulá, da Arábia Saudita e talvez mais alguns poucos vão morrer nos cargos que ocupam. Eu não vou morrer no cargo de Deputado. Eu tenho três filhos para sustentar e quanto mais eu envelheço, mas eu preciso de dinheiro, porque os sintomas de algumas doenças que eu não sentia há 20 anos, hoje eu já sinto e eles virão cada vez com mais intensidade. Portanto, a aposentadoria é a minha segurança.

O Líder do Governo fez aqui uma argumentação correta, defendendo o que o Governo já fez. Eu sou professor e reconheço. Eu estive lá no Jordão, senhoras professoras, para a colação de grau da primeira turma de ensino médio daquele município e pode parecer brincadeira, mas todas aquelas professoras e professores choravam ao receber o diploma, porque era a primeira vez que isso acontecia no município e aquele era o grau mais alto. Para Rio Branco, o que estou fazendo não vale nada, viraria gozação, mas eu estou mandando fazer umas molduras bonitas para o diploma de cada professor daquele. Imagine quando for o nível superior.

No entanto, independente de todos essas conquistas que nós reconhecemos, a isonomia é uma luta justa, até porque, infelizmente, a isonomia não vai atingir 100% da categoria. Apenas aproximadamente

9.000 professores serão beneficiados. Cerca de 4.000 não terão esse direito. Foi citado aqui um exemplo de professores que tem 21 anos de trabalho e estão na letra C. Esses professores não serão contemplados, assim como esses da zona rural que vão começar a receber como nível superior em dezembro. São 2.340 professores. Eles não terão esse teto ao se aposentar. Essa é uma argumentação que até nos ajuda, porque é menos dinheiro para gastar, Deputado Tarcísio.

Outra argumentação normal do Governo é de que a partir de agora, com a nova Lei todas as outras categorias têm o teto igual ao nosso. Excelente! Que todas as outras categorias continuem com o teto igual ao nosso. Os professores que entrarem a partir dos próximos concursos terão o mesmo teto, mas nós, que estamos há 10, 15, 20 anos de serviço temos que tê-lo também.

Quero encerrar me colocando à disposição dos trabalhadores em Educação. Eu escrevi um livro sobre a Palestina, de solidariedade a este povo que está sendo esmagado, lá no Oriente Médio, e mandei buscar alguns para dar um para cada professor aqui presente. Se escrevermos e nos solidarizarmos com quem está do outro lado do mar, por que não estaremos juntos com aqueles que têm o nosso rosto, as nossas mãos, as nossas origens, o nosso passado e o nosso futuro?

Então, parabéns as companheiras trabalhadoras em educação, parabéns a Alcilene e Almerinda, a professora e Deputada Naluh Gouveia, que no jornal brincou dizendo que era o furacão Ana. Mas é isso mesmo; é movimento de rua e negociação. Essa a missão do movimento social.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Deputado Luiz Calixto.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, em nome da Presidente do Sintec, Alcilene e da sua vice, Almerinda, cumprimento todos os trabalhadores da Educação que aqui estão. Provavelmente não usarei os dez minutos, porque serei bem objetivo. Vocês estão vendo o que a Deputada Naluh, através da sua dedicação para com a Educação, faz pela categoria. Agora mesmo marcou essa Sessão, cujo objetivo maior vocês estão alcançando, porque vocês viram que vários Deputados, principalmente o Líder do Governo, que é professor, a Deputada Naluh, o meu amigo Moisés Diniz, que é professor, mas nunca foi para a sala de aula, mas tudo bem intermediar as negociações.

Eu encontrei uma Senhora lá em Manaus que chamou o Deputado Moisés Diniz de Professor, e ele ficou todo orgulhoso. Disse: “Aí, Deputado Tarcísio, está vendo me reconheceu porque sou professor”. Todos aqui apoiam a Educação, principalmente agora e vocês ouviram da pessoa mais importante do Governo aqui na Casa, que é o Deputado Edvaldo Magalhães e que sempre vem intermediando todos os conflitos ou articulações com o Governo, porque é o papel dele dizer que vai se empenhar. Ele nunca virá aqui falar mal do Governo, isso vocês podem ter certeza. Muitas das vezes ele defende o indefensável, que é uma coisa difícil, mas essa é a sua tarefa.

Nós falávamos dos super-faturamento das obras não concluídas e ele veio aqui com o seu português muito bom e defendeu o Governo, embora não tenha convencido, mesmo tendo um poder muito grande e ainda tendo milhões e milhões que foram aprovados aqui na Assembléia por alguns Deputados, para terem nas mãos a Imprensa do Estado. Mas, vocês que já conquistaram e realmente a Almerinda, a Alcilene, Deputada Naluh e as outras que usaram a palavra disseram que foram alcançadas algumas vitórias com o Governo, espero que mais uma vez tenham êxito, e devo dizer que isso só é possível graças a organização de vocês, porque se não fosse essa organização, podem ter certeza que vocês não teriam alcançado, e continuem assim, porque há poucos dias atrás quem estava administrando o Sindicato não fazia isso e se não fosse essa organização vocês não estariam aqui reivindicando a isonomia salarial, que é uma reivindicação mais do que justa e o porta voz do Governo, fala em nome do Governo, Deputado Luiz Calixto.

O que me causa estranheza é porque as pessoas quando estão no poder, e eu não entendo, fogem do debate e esquecem tudo que disseram, sai tudo da linha do trilho, porque o companheiro Sérgio Roberto, que é professor poderia pelo menos dizer: “sou professor, Governador do Estado, e não concordo com isso”. Mas não, só diz: amém. E eu questiono: como é que querem dizer ainda que esse Governo não é ditador? Os secretários têm medo, Deputado Calixto, eles ficam todos encolhidos, não se admite um secretário de Educação, que é professor e eu acho que tem que ser professor mesmo, ser omissos igual a este

secretário, não se admite de maneira alguma. E vocês, continuem nessa organização.

Vou ceder o aparte à Professora, o que foge um pouco ao Regimento Interno da Assembléia, isso porque quando se inscrevem os Deputados, só falam os Deputados, mas como essa Sessão foi proposta por uma Deputada professora, tenho certeza que os Deputados concordarão.

Professora **ROSÂNGELA** (EM APARTE) – Eu agradeço o Deputado e também parabenizo esta Assembléia por esta discussão. Mas eu pedi este aparte para fazer uma reflexão e eu concordo com o Deputado, quando ele coloca que nós temos que ter responsabilidade e eu me admiro muito do Líder do Governo, um Governo que nós construímos, dizer que está aqui para defender o Governo. Eu acho que ele tem que fazer uma auto-crítica, porque ele não foi eleito pelo Governo, mas foi eleito também pelos trabalhadores da Educação. Eu discordo, eu sempre discordei, já falei isso pessoalmente para o Edvaldo que com isso ele está perdendo muito, não só como Deputado, mas o partido que ele representa também e eu sou do partido. Agora o que eu quero aqui colocar é que nós queremos. Nós temos que ter responsabilidade, o que está certo no Governo, vamos aplaudir. O que está errado, vamos criticar. É brincadeira Moisés, você dizer que a isonomia vai favorecer uma minoria. têm muitos aposentados que ficaram de fora. O Deputado colocou que na velhice ele quer ganhar bem, e eu concordo, mas hoje os nossos aposentados, do magistério, não estão ganhando bem, não estão ganhando os R\$ 2.400,00 por que isso também? É uma reflexão companheiros, eu não quero aqui ser o divisor de água, eu quero sim, somar, unir o que está certo, estão entendendo. Então, eu acredito que dá para sair a isonomia. Só para concluir, eu acho que nós devemos, se sair a isonomia neste Governo, nem que seja parcelado, vamos assinar esse documento, vamos reivindicar, vamos colocar esse banco de dados. O Governo tem que abrir, ele não está abrindo nas negociações, com os dados com transparência vamos abrir, vamos colocar, nós não podemos aqui ficar dizendo amém não, vamos colocar o que está certo, arrumar o que está errado. Então, vamos formar esse banco de dados, vamos abrir com transparência, vamos colocar esses economistas e provar que tem condições do Governo pagar. É uma questão de priorizar a Educação. É este o momento. E tem mais, eu estou colocando aqui, nós do Sindicato, a diretoria, eu até encontrei o Helder, ele pode comprovar, lá em Capixaba, na zona rural, o nosso jornalzinho está chegando em todo canto, e nós estamos indo, informando e debatendo e a Educação está consciente, está combativa e sabe o que quer, e vamos vencer, vamos ter pensamento positivo, porque com unidade e com luta nós vamos vencer, conseguir com o apoio de vocês.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM APARTE) – Eu acho, Presidente, que não pode cometer injustiças, eu sou uma pessoa que pelo menos faço minha parte. A Professora Rosângela não tem obrigação de conhecer, mas só para conhecimento dela, eu não concedi o aparte não foi porque não quis não professora, foi porque o meu tempo tinha acabado e aqui depois que o Presidente diz falta um minuto a gente tem que encerrar mesmo. Agora, no dia que eu não puder ser leal aos meus compromissos, aí eu tenho que virar mau-caráter. Eu sou leal ao Governador Jorge Viana, por isso que eu sou Líder do Governo aqui, e no dia que eu achar que esse Governo é incompatível com minhas crenças aí eu peço demissão da liderança do Governo. Só que esse Governo não é incompatível nem com as minhas crenças e nem com as causas dos trabalhadores em Educação, eu enumerei todas elas que isso é um avanço e acho que vai ser neste Governo, pelo menos eu espero, que a Presidenta e a Professora Almerinda que pelo menos foram as duas que a Naluh também falou, que quer o teto nesse Governo porque acredita nele. Portanto, não há incompatibilidade entre ser líder do Governo e defender minha categoria.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Aqui conversávamos com o Deputado Luiz Calixto, o Deputado Nogueira Lima e outros companheiros Deputados, se esse Governo que realmente foi apoiado por vocês, principalmente pelo Sindicato indo para a rua, brigando, não está fazendo isso por vocês, não está sentando, não está sendo democrata, atropelando e dizendo que não senta, que não tem acerto, nós vamos nos comprometer que no próximo Governo, que será nosso, nós vamos sentar e negociar com vocês.

Mas Senhor Deputado, se ele não quiser, que eu acho um absurdo, se ele não fizer isso é lamentável. E vocês vieram no lugar certo, a Casa do Povo, na Casa dos Deputados em busca de apoio. E só para

finalizar e fechar mais essa vinda de vocês, eu vou apresentar um Requerimento, vou propor e quero que seja aprovado por todos os Senhores Deputados, principalmente aqueles que mais defendem a Educação, aqueles que são da base, que têm condições de negociar. Nós fazemos principalmente o que vocês querem, porque estamos fazendo o que realmente nós achamos que é correto. Muitos aqui vêm, fazem o discurso e na hora de assinar o Requerimento pedindo para que nós Deputados só votemos o Orçamento do Estado quando o Governo resolver o problema de vocês, da isonomia salarial. Aí, Senhor Presidente, nós vamos ver quem assina e quem não assina, quem vota e quem não vota. Quero pedir de antemão o apoio de todos os Senhores Deputados e os Vereadores também, que vão fazer um documento semelhante na Câmara para discutirem a isonomia salarial dos profissionais em Educação.

Para encerarmos, tenho a dizer que nós podemos fazer, que não é conversa de quem não pode fazer algo, nós podemos. Se não votarmos o orçamento, não se entra em recesso aqui na Casa do Povo.

Obrigado.

(Com revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra o Deputado Juarez Leitão.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Professores e Professoras, Imprensa, Senhores no Salão do Povo, vou entrar nessa discussão sem entender muito do assunto, pois sou oriundo dos movimentos sociais ligados à área rural, mas quero parabenizar os Professores e Professoras, porque na história da humanidade não existe nenhuma conquista sem luta.

Lembro-me de uma vez que a professora Almerinda nos procurou aqui, na época da greve e eu disse a ela: eu sugiro que da próxima vez, ao invés de vocês terminarem por aqui, pela Assembléia, comecem o debate por aqui. Então, hoje, estou bastante à vontade, primeiro, por não me sentir pressionado, não por não ter responsabilidade, porque eu tenho responsabilidade não só com os Professores, mas com todas as categorias do meu Estado. Também tenho compromisso com o Governo porque sou da base de apoio. Sou um Parlamentar responsável pelos meus atos, e sempre tenho feito isso ao longo da minha vida, não só aqui no parlamento, mas por todos os locais que passei. Então, tenho certeza que os representantes dos professores não têm dúvida de que eu seja uma pessoa contra ou que possa fazer qualquer tipo de maldade com essa categoria.

Segundo, eu não queria me alongar porque já foram ditas muitas coisas, inclusive pelos companheiros e companheiras que estão fazendo a manifestação e a reivindicação a respeito da melhoria salarial, que é uma coisa justa, porque todo trabalhador tem o direito de buscar as suas melhorias salariais.

O Deputado Moisés foi muito feliz na sua colocação. Apesar de eu não ser da categoria do Sinteac, mas como militante social conhecemos a luta dos outros e as dificuldades que o Sindicato teria aqui para abrir as negociações. Então, vemos o Líder do Governo dizer que, com certeza, a categoria vai ser recebida e pelo que eu tenho conhecimento em momento algum, o Governador se negou a receber o movimento. Portanto, eu estou aqui falando em nome da nossa bancada, tenho certeza que os outros companheiros que não estão aqui, porque estão em outras ações, tem o mesmo compromisso de fazer com que os trabalhadores e trabalhadoras em educação possam alcançar a sua vitória. Tenho certeza que a Assembléia não vai impedir que a categoria chegue aos seus objetivos.

Nós sabemos que o Governo tem limites e vimos aqui acenos tanto da Situação como da Oposição.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM – EM APARTE) – Eu queria só explicar essa questão da quantidade de professores que vão ser beneficiados pela isonomia. Aqueles que vão se aposentar na última referência não receberão o mesmo valor. Foi isso que eu afirmei. Aqueles que já estão se aposentando agora e vão passar para nível superior, mas voltarão para a letra “A” do quadro de professores de nível superior. Portanto eles não vão se aposentar com o valor que nós estamos defendendo. Isso é fato. Eu falei isso exatamente, Naluh, como argumento a favor da isonomia, porque é menos dinheiro gasto. Agora, se algumas pessoas não compreenderem, isso é muito ruim para categoria de professores. Porque o bom da luta é a combatividade. Eu acho que a falta de educação e agressão não levam a nada, mas com educação, assim como agiram as professoras Alcilene e Almerinda tudo se resolve.

Deputado JUAREZ LEITÃO (Líder do PT) – Para finalizar, peço para incorporar o Aparte do Nobre Deputado Moisés Diniz, e quero dizer o seguinte: esta Casa sempre esteve ao lado dos educadores, este ano mesmo votamos um aumento que se não foi o aumento que a categoria esperava, mas foi o valor acordado na negociação do Sindicato com o Governo. Outra coisa que eu queria deixar registrada aqui, é que o teto que o Estado tem para gastar com a Educação foi um Projeto da Deputada Naluh, mas essa Assembléia votou um teto superior ao garantido pela Constituição Estadual.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Com a palavra o Deputado José Vieira.

Deputado JOSÉ VIEIRA (PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, quero cumprimentar os professores e professoras na pessoa do professor Altemir, lá de Sena Madureira e dizer que aqui, somos três Parlamentares do PSDB e apesar do companheiro Luiz Gonzaga não estar presente no Poder, tenho certeza que ele também dará total apoio a esse movimento, pois consideramos essa luta necessária para alcançar a isonomia salarial.

Eu fiquei analisando, após ouvir vocês dizerem: “Nós construímos esse Governo” que esse Governo que vocês construirão não poderia deixá-los nessa dificuldade. Essa luta vem sendo travada há vários meses e ainda não obteve êxito. E pelo o que eu ouvi aqui, a classe ainda não foi sequer atendida pelo Governador do Estado.

Quando você constrói um governo é porque acredita nele e espera uma retribuição. Os avanços alcançados ainda não foram suficientes para que possam deixar de lutar pela isonomia. Vejo no rosto de cada um o desejo de luta.

Quem é que não quer melhoria salarial? É uma necessidade, porque para cada passo que você dá também aumentam as despesas. Quanto maior o salário, maior também as despesas. E não vejo no funcionário público deste Estado ou em qualquer parte deste país, condições de serem ricos. Todos trabalham para viver, vestir, comer e quase não sobra nada. E quando há um caso de doença é um problema a mais, porque vocês não têm dinheiro para o tratamento. Acho que é uma obrigação dos Deputados, independente de partido, lutar para que saia a isonomia salarial da Educação. Por que ajudar uma categoria e não a outra? Então, eu acho que esse é um erro do Governo que tem que ser corrigido.

Contem com o apoio do PSDB, inclusive já assinei o documento e com certeza sairemos vitoriosos desta luta.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Com a palavra o Deputado Sérgio Oliveira

Deputado SÉRGIO OLIVEIRA (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, queria na pessoa da Alcilene cumprimentar todos os professores presentes em nossa Casa e dizer da minha satisfação em recebê-los aqui.

Eu estava despachando na sala ao lado, e como lá tem uma caixa de som pude ouvir os discursos. Eu tenho conversado um pouco com a Deputada Naluh a respeito dessa situação. Também ouvi aqui alguns discursos que receberam aplausos e vi alguns Deputados fazendo um pouco o papel de advogado do Diabo. Os Deputados Edvaldo e Moisés não defenderam o Governo, mas a forma do debate.

Eu conversei com alguns professores antes da Sessão e a grande preocupação, Deputado Edvaldo, é que não se fechem as portas para o debate. Então essa sua fala aqui, como Líder do Governo foi de fundamental importância. Eu acho que já é um grande avanço, porque há alguns debates aqui na Assembléia que não para se tirar qualquer tipo de proveito político. Não é porque aqui é uma Casa política que nós temos que politizar tudo.

Eu acho que essa reivindicação feita pelos professores é muito justa. E eu sei que todos os Deputados gostariam de vir à tribuna para dizer que são a favor da isonomia. Eu tenho certeza que isso é tudo que o Deputado Edvaldo queria dizer aqui na tribuna: “olha gente, estou com vocês e amanhã, nós vamos lá com o Governador que ele vai assinar esse projeto para dar essa condição aos professores”. Agora tem algumas situações aqui na Casa que nós temos que botar um pouquinho a mão no juízo e pensar duas vezes. Não pensem que eu estou falando dessa forma, querendo ser contra, pois não sou contra e nem a favor.

Eu quero dizer para todos os professores que eu tenho acompanhado o trabalho, principalmente da Alcilene, a qual abraçou essa luta depois que ganhou a eleição do Sinteac. Ela tem se dedicado, para que cada vez mais os professores tenham mais conquistas. Eu acho isso muito legal, agora não dá para você vir aqui e dizer que a Educação não melhorou e que a Educação está numa situação difícil. Eu acho que esse nosso Governo tem feito grandes avanços na área da Educação.

Não quero me alongar muito, mas eu quero dizer que sou solidário com vocês nessa luta e por isso acabei de assinar um documento. Eu acho que nós deveríamos ir até as últimas discussões, Professora Almerinda. E você pode ter certeza que no que depender de mim, o que eu puder fazer para ajudar, você pode ter certeza que eu vou fazer. Agora, o que eu não posso é vir à tribuna e vender um peixe que eu não tenho. Eu não posso fazer isso, até porque eu tenho essa dificuldade aqui na Assembléia.

Agorinha, a Imprensa me procurou para dizer que uma Juíza teria dado ganho de causa aos nossos funcionários. Ontem, eu tive uma reunião com os funcionários do Sindicato e eles me falaram que tinham ganho uma reposição do 11,98% e que nós teríamos que pagá-los de imediato, se não eu como Presidente da Casa poderia ser preso. Olha, gente, eu não posso de forma alguma assumir esse compromisso, porque eu não tenho recursos. Eu vou dizer que vou pagar, eu não vou. Eu não tenho recursos, como é que eu vou pagar uma coisa que eu não tenho? E eu disse isso para o Sindicato. Mostrei as nossas finanças. Aqui, nós não temos fonte de renda. Portanto, dependemos dos repasses do Executivo. Estou falando isso para dizer que às vezes não é como agente quer, e sim como a gente pode.

Finalizando, eu quero agradecer a presença de todos os professores. Eu acho que vocês estão indo pelo caminho certo, procurando a Assembléia, debatendo. E aí, lá no final, eu acho que mesmo não havendo acordo, cada parte tem que ceder um pouquinho para que possamos encontrar um meio que seja bom para o Governo e para os professores.

Eu quero aqui colocar a Assembléia à disposição de vocês para, às vezes que vocês acharem necessário vir aqui discutir essa isonomia, a qual eu entendo como sendo uma reivindicação justa. Também não quero questionar se vai ser agora, amanhã ou depois, mas quero dizer para vocês que com certeza, vocês têm o apoio de todos os Parlamentares. Às vezes, eu fico me imaginando no lugar do Deputado Edvaldo que tem que fazer a defesa do Governo e por isso, às vezes até é caracterizado como se você estivesse contra, mas não é ser contra, de apenas está tentando mostrar para vocês as condições que o Governo tem. E lá, com certeza, vocês vão ter a oportunidade de fazer esse debate, e se Deus quiser, todos juntos iremos, com certeza, com o apoio da Deputada Naluh que é uma guerreira, uma pessoa que não mede esforços quando a causa é da Educação e nós daremos a nossa contribuição, para que tenham essa vitória que vocês merecem.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (HELDER PAIVA) – Com a palavra a Deputada Antonia Sales.

Deputada ANTONIA SALES (PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, muitos dos professores que estou vendo aqui são de Cruzeiro do Sul. Como a Claudinha, a Lucilene e outras Senhoras que não lembro os seus nomes, porém estão engajadas nesta luta. Quero parabenizá-los por terem escolhido essa profissão tão sacrificante. Não é qualquer pessoa que tem esse dom. É necessário muita paciência, porque no dia-a-dia vocês têm que abandonar os próprios filhos para educarem os filhos dos outros. Compreendo a luta de vocês, porque também fui estudante e desde quando morava no meu País de origem percebo que a classe de professores é muito injustiçada e discriminada no que se refere a questões salariais.

Não entendo por qual razão os seus salários não são equiparados aos de outras categorias, pois, para que o indivíduo tenha uma qualificação ao nível de magistério é necessário muito esforço e investimento. Digo isso porque curso faculdade, meus três filhos, outra pessoa da família e mais duas afilhadas. São faculdades que temos que custear e, portanto sei o quanto é difícil se preparar para estar à frente de uma sala de aula transmitindo conhecimentos. Sem educação, não será possível termos um País desenvolvido.

Os países que hoje são classificados como ricos, de primeiro mundo, são aqueles que se conscientizaram que a Educação deve ser priorizada como um princípio básico de um governante, oferecendo melhores salários aos professores para que esses se sintam estimulados

a produzirem aulas mais atrativas e de melhor qualidade. Eu custumo dizer que se um professor é bom, o aluno é bom. Eu discordo daqueles que dizem que o aluno não aprende.

Eu fico observando aqui e parece que foi criada uma classe especial, quando eu vejo a comparação do teto salarial de apoio, formado por pessoas que fazem a limpeza com as pessoas que fazem esse mesmo serviço na Educação. As pessoas de apoio das escolas trabalham até mais, porque são tantas cadeiras para puxar! Porém, o teto base da classe de apoio da Educação é de R\$ 560,00 e das outras Secretárias é de R\$ 796,00. Acho essa diferença um absurdo. Porque, as pessoas de apoio da Educação tem muito mais trabalho, ficam limpando aquelas panelas encardidas, esfregando o bombril com tanta força! A prima do meu esposo tem problemas na coluna por conta de tanto levantar panelões e puxar cadeiras. Enquanto isso os bacanas de outras secretarias recebem R\$ 796,00, não areiam panelas e nem levantam cadeiras. O nível médio dos bacanas é de R\$ 1.061,00 e o da Educação R\$ 878,00. Porém, eu gostaria de saber por que uns ganham R\$ 1.061 e os outros com o mesmo nível, R\$ 878,00. O teto para quem tem Nível Superior é de R\$ 3.183,00, enquanto o da Secretaria de Educação é de R\$ 2.240,00.

Quero fazer um apelo aos colegas e dizer que eu admiro a luta de vocês porque eu nunca admiti desigualdades. Talvez seja uma discriminação mesmo; porque a maioria que escolhe a profissão de educador é mulher; talvez seja por isso. Nós mulheres, infelizmente, desde muito tempo, até para mudar o tamanho da nossa saia tivemos que lutar, porque antigamente não era permitido mostrar as pernas. Enfrentamos muitas lutas até para escolher nossos maridos, porque antigamente nossos pais eram quem o fazia.

Quero dar um conselho ao colega, que respeito e gosto muito, Deputado Edvaldo Magalhães, meu amigo, faça a vontade da sua maezinha, lute, ultrapasse o nível da tolerância pela sua mãe, que está fazendo uma faculdade, para que ela tenha uma aposentadoria digna. Faço este pedido, porque você é professor como o Moisés Diniz e a Naluh. Eu não sou professora, mas se fosse, esse conselho serviria para mim, mas faço por vocês, para que tenham uma boa aposentadoria. A carreira de Parlamentar não é para toda vida, mas a sua profissão de professor você levará para o túmulo. E você vai querer um salário digno quando estiver velho para que tenha o alimento para seus filhos. Então, quero e espero que você ajude a conquistar esse desejo, que é dos professores e nosso.

(Sem revisão do orador)

Correção: Neurizete

Digitação: Solange

Revisão: _____

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Com a palavra a Deputada Dinha Carvalho.

Deputada **DINHA CARVALHO** (PL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Professores, Sindicatos, não tenho muito a dizer, já que o Presidente avisou-me que tenho apenas três minutos, mas não poderia deixar de usar esta tribuna hoje, num dia tão especial para a Educação. Quero parabenizar as pessoas que fazem parte desta Secretaria e acho que Oposição e Situação se uniram em torno desta causa que é muito justa, de maneira séria e acredito que conseguiremos aquilo que a Educação tanto sonha, que é a isonomia salarial.

Quanto ao que o Deputado Moisés Diniz falou, que é o Deputado mais novo desta Casa em relação à Educação, quero dizer que eu sou a Deputada mais nova em relação ao mandato, pois há apenas dez meses estou na Casa. Portanto, fiz questão de ficar até o final ouvindo atentamente cada pronunciamento, cada colocação principalmente dos professores, e das pessoas que defendem a classe porque ouvindo se

aprende. Eu confesso aos Senhores e não tenho vergonha de dizer que não entendo dos problemas do Sindicato da Educação, não entendo de teto salarial, mas tenho boa vontade e quero aprender, para agir certo com relação às reivindicações de vocês.

Foi aprovado aqui, ontem, um Requerimento de minha autoria e da Deputada Naluh Gouveia solicitando audiência pública com todos os sindicatos para discutir a questão da Previdência Estadual, porque não adianta Deputados virem criarem projetos e leis sem ouvirem os representantes das pessoas interessadas.

Então, é isso que a Assembléia está fazendo, Deputado. Eu creio e vejo a seriedade nesses dez meses de mandato e estou feliz de estar aqui participando desta legislatura quando a Assembléia está ouvindo todos os sindicatos. Quero mais uma vez me solidarizar com todos e dizer que eu estou à disposição dos Deputados, para juntos ouvirmos, discutirmos e encaminharmos ao Governo essas questões.

O Deputado Edvaldo Magalhães foi muito feliz, tentando resolver, da maneira correta, ligando para o Governo e conseguindo marcar essa audiência, porque é de lá que virá a solução. Devemos nos dirigir juntos e unidos, falando a mesma língua e apresentando a mesma proposta. Então, eu quero afirmar à Senhora, principalmente, que nós estamos juntos nessa luta. Muito Obrigada.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Em nome da Mesa Diretora, na pessoa do Deputado Sérgio Oliveira e de todos os Senhores Deputados e Deputadas, agradecemos a vinda do Sindicato dos Trabalhadores de Educação e de todos os professores. Nunca é demais informar que esta Casa tem avançado muito no aspecto de estar cada vez mais próxima de todos os segmentos da sociedade. E é assim que deve ser.

E eu estava analisando, na condição de estar presidindo esta sessão, o nível do debate, hoje. No meu entendimento, como homem público, como político com 22 anos de mandato, tanto a classe política, os trabalhadores, como a sociedade, têm avançado nas suas conquistas. E eu saio daqui como pai, como esposo de professora, conhecendo de perto, a causa de vocês, porque na minha casa todos os dias tem uma professora conversando comigo, mostrando as dificuldades, a luta de vocês, mas eu saio convencido de que o Poder Legislativo tem avançado muito em todos os aspectos. E o pedido que eu ia fazer, já não mais na condição de Presidente desta Sessão, mas na condição de Deputado que tem ajudado muito o Governo, que o Líder do Governo se empenhasse o máximo para que essa conquista seja concretizada o mais rápido possível.

Nós não podemos deixar de reconhecer as conquistas que têm acontecido, através desse Governo que ai está instalado, e eu como sempre procuro ser um político prudente, coerente, responsável em todos os aspectos, e não poderia ser diferente, pois todos sabem que eu sou Evangélico e preciso cumprir o que manda a palavra de Deus, eu saio daqui convencido Almerinda, Alcilene e todos aqui presentes, que essa vitória já está praticamente concretizada.

Havemos de lutar mais ainda se for necessário. Quando assinei o documento, já firmei o meu compromisso com essa categoria. Tenham a certeza de que o Deputado Helder Paiva está do lado de vocês.

Eu tenho certeza que Deus haverá de nos abençoar e muito em breve esta Casa estará aprovando aquilo que no nosso entendimento e o nosso coração diz que é justo. Eu conversava com duas amigas e estejam atentos a isso: uma servente da Secretaria de Educação e outra de uma outra secretaria. Duas amigas nas mesmas condições, ganhando salários diferenciados. Isso se torna uma humilhação para o cidadão e eu tenho certeza que o nosso Governo vai corrigir essa distorção e nós haveremos de comemorar essa vitória.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueiredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:

Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.